

A maioria dos pré-convencionais do DF entende que o PMDB deve se preocupar preferencialmente com o combate à crise

12 JUL 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

Projeto agora vai ao plenário

O projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi aprovado ontem, depois de uma tumultuada sessão, por 76 votos contra 15. A exceção do deputado Gastone Righi (PTB-SP), todos os constituintes retiraram seus pedidos de destaques encaminhados à mesa, que segundo o presidente da Comissão de Sistematização, que presidiu a sessão, somavam mais de 100.

Gastone Righi, que desde o início se manteve contra a aprovação pura e simples do parecer de Bernardo Cabral, insistiu em pedir votação em separado para o artigo 336 e para o parágrafo 3º do artigo 349, além do destaque para a emenda nº 5399.

O artigo 336 diz que a folha de salários é a base exclusiva da Seguridade Social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição. A emenda 5399 retira dos municípios a competência para recolher o Imposto Sobre Serviços e o parágrafo 3º do artigo 349, permite ao poder público intervir e desapropriar as empresas privadas de saúde sem qualquer indenização. Da tribuna, Gastone Righi chegou a dizer que esses temas eram "anomalias que precisam ser retiradas".

Tumulto

Antes de começar a votação do projeto da Comissão de Sistematização, houve tumulto no plenário em torno do acordo feito pelas lideranças partidárias. Muitos parlamentares não entenderam se o acordo dos líderes permitia ou não a discussão das emendas. Coube ao deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) esclarecer aos

Righi impede o acordo

Não houve acordo entre as lideranças partidárias para que o parecer do anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) fosse aprovado pelo plenário da Comissão de Sistematização sem pedidos de destaque. O deputado Gastone Righi (PTB-SP) firmou posição pelo cumprimento do Regimento Interno da Constituinte, que prevê quatro dias para discussão do parecer do relator Bernardo Cabral no plenário da Comissão de Sistematização.

A única posição consensual entre as lideranças partidárias presentes à reunião de ontem, à exceção do PDS, foi a de que todos se empanhariam para pedir o menor número possível de destaques.

A reunião das lideranças par-

tituintes que o regimento previa apenas a votação do parecer com os pedidos de destaque e não a discussão das emendas.

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) levantou uma questão de ordem para afirmar que o acordo feito entre as lideranças partidárias não deveria ser para aprovar o parecer do relator, mas para mudar o regimento da Constituinte, que dá um prazo muito pequeno para o

relator examinar todas as emendas.

Durante a sessão o deputado Virgildásio Senna (PMDB-BA) questionou a divulgação do parecer do deputado Bernardo Cabral pela imprensa, antes mesmo de membros da comissão terem conhecimento do projeto. O deputado protestou também contra as notícias de fraude na Comissão de Sistematização formuladas pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Nesse ponto ele foi apoiado pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) que interpelou Sandra Cavalcanti a desmentir publicamente suas declarações à imprensa de que houve fraude na Comissão de Sistematização. Sandra Cavalcanti não estava em plenário nessa hora.

Após todas essas discussões o senador Afonso Arinos colocou em votação o parecer do relator Bernardo Cabral, que só recebeu 15 votos contra. Logo em seguida foram votados os pedidos de destaque do deputado Gastone Righi. Os três pedidos foram rejeitados pelo plenário. O parecer do deputado Bernardo Cabral foi aprovado integralmente.

tidárias começou às 11h00 e terminou às 14h30. A intenção das lideranças era a de ganhar tempo e aprovar apenas o parecer do relator sem pedido de destaque. Mas o deputado Gastone Righi foi irredutível: «Não aceito acordo de gabinete para aprovar ou rejeitar matérias constitucionais».

O líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, considerou essa posição como «uma vaidade pessoal».

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) conseguiu que todas as lideranças assinassem uma nota de esclarecimento sobre as declarações que ela tem feito à imprensa nos últimos dias, fazendo críticas ao trabalho do relator Bernardo Cabral e sua assessoria.